



20 DE MAIO DE 2015

Quarta-feira

- [Mercedes anuncia demissão de 500 funcionários no Brasil por queda em vendas](#)
- [Renovação das concessões de distribuidoras não terá outorga, diz Aneel](#)
- [Companhias nacionais buscam US\\$ 5 bilhões no exterior](#)
- [Governo do Brasil e da China firmam acordos de US\\$ 53 bilhões](#)
- [Metalúrgicos mantêm greve na Volvo de Curitiba](#)
- [Grupo Volkswagen começa 2º trimestre com vendas estáveis](#)
- [Iveco investe para buscar 10% do mercado](#)
- [Receita de serviços sem descontar a inflação sobe 6,1% em março, diz IBGE](#)
- [Amarga derrota](#)
- [Chery fecha fábrica no Uruguai por crise no Brasil e na Argentina](#)
- [Inda registra queda de 16,4% nas vendas](#)
- [Setor vive pior crise desde 2009 e pode cortar mais oferta](#)
- [Marco regulatório da mineração pode ser votado ainda neste mês de maio](#)
- [Anglo pode aumentar produção de minério de ferro do Minas-Rio para reduzir custo](#)
- [Debate sobre preço do minério de ferro se intensifica na Austrália](#)
- [Iveco confirma aporte de R\\$ 650 milhões](#)
- [Recessão ajuda e indústria reduz o déficit comercial](#)
- [Confiança do empresário industrial recuou em maio, após alta registrada em abril](#)
- [Vale vende 4 navios Valemax para chinesa CMES](#)
- [Greve da Volvo será mantida até segunda-feira](#)
- [Indústria completa 3,5 anos de cortes](#)

CÂMBIO Em 20/05/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,031	3,032
Euro	3,358	3,359

Fonte: BACEN

Mercedes anuncia demissão de 500 funcionários no Brasil por queda em vendas

20/05/2015 - Fonte: Gazeta do Povo



A Mercedes Benz anunciou nesta terça-feira (19) a demissão de 500 trabalhadores de sua fábrica em São Bernardo do Campo, na região metropolitana de São Paulo, por causa da queda nas vendas de veículos comerciais no mercado brasileiro.

De acordo com um comunicado da companhia alemã, os 500 funcionários já tinham enfrentado uma suspensão temporária do contrato de trabalho, embora até o momento seu salário estivesse garantido pela empresa.

Com o objetivo de adequar a produção à demanda, a Mercedes também decretou nesta terça férias remuneradas a todos os empregados do setor de produção por 15 dias e informou que, apesar das demissões, ainda tem um excedente de 1.750 trabalhadores na unidade de São Bernardo do Campo.

A companhia ressaltou que as medidas adotadas pela empresa têm como objetivo "enfrentar o cenário econômico desfavorável" que o país atravessa, com uma economia praticamente estagnada, inflação em viés de alta e taxas de juros nos maiores níveis dos últimos seis anos.

Corte

O presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Luiz Moan, afirmou recentemente que as fábricas de veículos estão com excesso de pessoal, apesar das demissões e das licenças registradas nos últimos meses em várias fábricas do país.

Segundo o último balanço da Anfavea, os fabricantes brasileiros reduziram seu efetivo em 9,5% nos primeiros quatro meses deste ano, dos 144.200 trabalhadores de dezembro para os 139.600 contabilizados em abril.

O corte é ainda mais significativo se for comparado com os números de abril de 2014, quando havia 154.200 funcionários.

Produção

O Brasil produziu até abril 881.774 unidades de veículos, 17,5% a menor em comparação com os primeiros quatro meses do ano passado e o pior resultado para o período desde 2007.

A redução da produção tem por objetivo enfrentar a queda nas vendas, que aumentou desde que o governo não renovou os incentivos fiscais que oferecia à comercialização para ajudar o setor a enfrentar a crise, e que foi intensificada com a desaceleração da economia.

Em 2014, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro apenas cresceu 0,1% e para este ano o mercado e algumas projeções oficiais calculam uma contração entre 1% e 1,2%

Renovação das concessões de distribuidoras não terá outorga, diz Aneel

20/05/2015 - Fonte: Gazeta do Povo



O governo não vai cobrar outorga das distribuidoras que aceitarem renovar suas concessões, confirmou o diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) André Pepitone. Com a decisão, não haverá impacto adicional na conta de luz, que já subiu quase 50% desde o início do ano. "Foi uma vitória do setor elétrico", disse Pepitone.

A cobrança de outorga era defendida pelo Ministério da Fazenda, que tinha o objetivo de arrecadar recursos para contribuir com a meta do superávit primário. O Ministério de Minas e Energia e a Aneel eram contra a proposta, pois o custo a ser pago pelas distribuidoras seria repassado às tarifas de energia e geraria um novo aumento na conta de luz dos brasileiros.

"Eu não diria que o Ministério de Minas e Energia venceu. Foi uma ação do governo federal, que estabeleceu a política pública e privilegiou a modicidade tarifária e a qualidade dos serviços prestados para o consumidor de energia", acrescentou.

Pepitone disse que o decreto presidencial com a proposta de renovação das concessões deve sair nesta semana. A Aneel deve convocar uma reunião extraordinária para discutir o assunto e abrir audiência pública na sexta-feira (22).

Em contrapartida à renovação das concessões, o governo vai cobrar que as distribuidoras melhorem a qualidade do serviço prestado para o consumidor dentro de um prazo de cinco anos. Para que esse nível seja atingido, a Aneel poderá exigir aportes dos acionistas nas empresas.

“O importante é que esse recurso ficará dentro do setor elétrico, ou seja, ele vai ser investido na própria distribuidora, em última instância buscando garantir a qualidade do serviço para o consumidor”, afirmou.

Na avaliação de Pepitone, a vantagem é que esses recursos não poderão ter outro destino que não a própria concessão. Isso poderia ocorrer caso houvesse cobrança de outorga, o que contribuiria com o caixa do governo.

Esses investimentos que a Aneel vai exigir poderão ser repassados para a tarifa apenas nos ciclos de revisão tarifária, de cinco em cinco anos. Embora cada distribuidora tenha um processo de revisão individual, a expectativa, segundo Pepitone, é que, daqui a cinco anos, as tarifas das grandes distribuidoras subam entre 5% e 10% e atinjam a média do que é cobrado pelas empresas de menor porte atualmente.

“A tendência é que haja proximidade dessas tarifas, porque uma (as pequenas) tem uma tarifa mais elevada, mas tem qualidade. A outra (as grandes) terá que resgatar qualidade, investir em ativo e isso vai virar tarifa”, disse.

“As de pequeno porte, embora tenham tarifa média entre 5% e 10% maior, têm uma qualidade de serviço boa. Já muitas das concessionárias de grande porte vão ter a necessidade de aportar recursos.”

Decreto

A previsão inicial era que o decreto fosse publicado até o dia 15 de abril, tanto que o processo estava na pauta da reunião da diretoria que ocorre nesta terça (19). Porém, como o decreto não foi publicado, o item foi retirado da pauta.

Diversas distribuidoras terão suas concessões vencendo em 7 de julho deste ano, entre elas as dos grupos Eletrobras, Energisa e CPFL, além de estatais estaduais como Celg, CEEE-D, CEB, Celesc e Copel. A concessão da Cemig vence em fevereiro de 2016.

Companhias nacionais buscam US\$ 5 bilhões no exterior

20/05/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A divulgação do balanço da Petrobras e o esforço da equipe do governo para promover o ajuste fiscal motivaram a busca de mais de US\$ 5 bilhões no exterior por grandes empresas brasileiras nas últimas duas semanas. O montante, que envolve empréstimo sindicalizado com bancos estrangeiros e por meio de bônus, é ainda pequeno se comparado com os volumes do ano passado.

De janeiro a abril de 2014, só no mercado de dívida, foram tomados US\$ 22 bilhões, de acordo com a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima).

Vale e Suzano Papel e Celulose concluíram na semana passada operações de empréstimo sindicalizado, com um grupo de bancos estrangeiros, somando US\$ 3,6 bilhões. No mercado de bônus, o total captado supera US\$ 1,5 bilhão, com a emissão de 500 milhões (US\$ 568 milhões) da Votorantim Cimentos e US\$ 1 bilhão do Itaú Unibanco.

Segundo fontes de mercado, o grupo Votorantim também estaria trabalhando em um empréstimo sindicalizado rotativo, que funciona como um cheque especial, no valor de US\$ 1,2 bilhão, para ser dividido em US\$ 700 milhões ao Votorantim Cimentos e US\$ 500 milhões ao Votorantim Industrial.

Retração

Em ambos os mercados, a expectativa dos profissionais é de que os volumes a serem captados neste ano sejam inferiores aos do ano passado. “No começo de 2015, esperávamos uma demanda mais forte, com as empresas buscando se antecipar a necessidades futuras, e por consequência, um certo aumento nos spreads (custo do empréstimo para os tomadores).

Mas essa expectativa não se concretizou e os spreads estão próximos dos patamares do ano passado”, disse Rogério Monori, diretor vice-presidente do Banco Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil.

Monori explica que o enfraquecimento do ambiente macroeconômico fez as empresas revisarem suas necessidades de recursos, enquanto a liquidez (oferta de dinheiro) pelos bancos segue elevada.

O executivo do Tokyo-Mitsubishi lembra que a dinâmica do mercado de empréstimo sindicalizado é diferente do mercado de dívida, ou seja, é menos sensível às notícias macroeconômicas. “Este é um mercado de longo prazo, onde os bancos têm interesses de longo prazo”, disse.

Segundo ele, embora as condições macroeconômicas possam levar alguns bancos a reduzir o apetite pelo país, existem instituições atraídas pelo Brasil, como as da Europa e as da Ásia, onde a demanda por empréstimos pelas empresas é limitada pelo fraco desempenho das respectivas economias.

Tal liquidez contribuiu para a concretização da captação de US\$ 600 milhões pela Suzano Papel Celulose, por meio de um empréstimo sindicalizado, sendo a primeira companhia sem grau de investimento a acessar essa linha este ano. “Foi um teste para as boas empresas sem grau de investimento”, disse o executivo. A Suzano previa captar US\$ 500 milhões.

Governo do Brasil e da China firmam acordos de US\$ 53 bilhões

20/05/2015 - Fonte: Gazeta do Povo



Brasil e China assinaram nesta terça-feira (19) acordos que superam os US\$ 53 bilhões para investimentos e contratos de cooperação financeira, assegurando um fluxo de capital importante para a economia brasileira no momento em que busca se recuperar.

“O Brasil atribui grande importância à assinatura desse acordo sobre investimento e capacidade produtiva nas áreas de energia elétrica, mineração, infraestrutura e manufaturas”, disse a presidente Dilma Rousseff ao lado do primeiro-ministro chinês, Li Keqiang, em visita ao Brasil.

Dilma também anunciou que será criado um fundo de US\$ 50 bilhões para investimentos no Brasil em infraestrutura, pela Caixa Econômica Federal e o Banco Industrial e Comercial da China (ICBC).

“O primeiro-ministro (chinês) e eu reafirmamos a importância também de nossas relações financeiras. O acordo entre a Caixa Econômica e o Banco Industrial e Comercial da China criará um fundo de US\$ 50 bilhões, fortalecendo as opções para financiamento de projetos de infraestrutura no Brasil”, declarou Dilma.

A presidente brasileira afirmou nesta ainda que a parceria entre Brasil e China é “estratégica” para os dois países e é construída por meio de “princípios de igualdade”. “É com satisfação que recebo a primeira visita ao Brasil do chefe de governo, acompanhado de expressiva delegação governamental e empresarial”, disse.

Li Keqiang afirmou que a cooperação com o Brasil vai ajudar na recuperação da economia mundial e estabilizar os mercados financeiros brasileiro, chinês e dos países emergentes.

Dilma disse ainda que aceitou um convite do presidente chinês Xi Jinping e que programa uma nova visita ao país asiático em 2016. Segundo Dilma, a reunião com a comitiva chinesa foi marcada por diálogo franco e disposição de avançar, para fortalecer e efetivar a parceria.

“Tivemos nesta manhã uma reunião produtiva”, disse, destacando um plano conjunto que prevê ações entre 2015 e 2021. “Esse plano inaugura uma etapa superior do nosso relacionamento”, disse.

Entre os diversos acordos firmados entre os dois países, Dilma destacou “em especial” os acordos firmados nas áreas de infraestrutura e comércio. “Teremos a oportunidade dialogar com o empresariado dos dois países sobre o importante papel que exercem nesse processo”, afirmou.

Ferrovias

Dilma falou ainda sobre o projeto de infraestrutura que pretende ligar áreas brasileiras, via Peru, mais rapidamente ao porto Chinês. “Brasil, Peru e China iniciam juntos estudos de viabilidade para conexão ferroviária transcontinental, que vai cruzar o nosso país sentido leste-oeste”, disse.

“A ferrovia vai cortar o continente sul-americano, ligando o Oceano Atlântico e o Pacífico. E convidamos empresas chinesas a participar dessa grande obra”, completou, destacando que a ferrovia atravessará os Andes até chegar ao Peru. “É um novo caminho para a Ásia, que vai reduzir a distância e os custos”, acrescentou. Após a cerimônia, Dilma participa de almoço com a comitiva chinesa.

O ministro da Defesa, Jaques Wagner, e o diretor da Administração Nacional de Ciência, Tecnologia e Indústria para Defesa Nacional da China, Xu Dazhe, assinaram um “memorando de entendimento sobre sensoriamento remoto, telecomunicações e tecnologia da informação”.

O Brasil deve ainda construir em parceria com a China uma fábrica de painéis solares fotovoltaicos. Segundo documento obtido pela reportagem, o acordo será fechado entre a Agência Brasileira de Promoção das Exportações e Investimentos (Apex) e a BYD Energy do Brasil. A cooperação prevê investimentos de R\$ 150 milhões para a construção da fábrica.

Grandes empresas

Os acordos de cooperação com a China envolvem grandes empresas brasileiras, como Petrobras, Vale e Embraer.

No caso da estatal petroleira, foram firmados dois acordos para financiamento de projetos somando US\$ 7 bilhões. O maior deles, no valor de US\$ 5 bilhões, é com o Banco de Desenvolvimento da China (CDB). No começo de abril, a Petrobras já tinha firmado contrato de financiamento de US\$ 3,5 bilhões com o CDB.

Já a Vale fechou nesta terça a venda de quatro navios Valemax, para transporte de minério de ferro, à China Merchantz Energy Shipping (CMES). A mineradora brasileira também ampliou um acordo de cooperação financeira de US\$ 4 bilhões com a China, segundo autoridades.

A Embraer, por sua vez, formalizou um contrato já conhecido para vender 22 aviões regionais a uma companhia aérea chinesa, em um negócio de US\$ 1,1 bilhão a preços de tabela. Há previsão de que o acordo seja ampliado adiante para incluir outras 18 aeronaves da fabricante brasileira.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiará a exportação dos pedidos chineses à Embraer no montante de até US\$ 1,3 bilhão.

Em outra frente, o chinês Bank of Communications anunciou a compra de cerca de 80% do banco brasileiro BBM por estimados R\$ 525 milhões, marcando a primeira aquisição do grupo no exterior.

“A proposta de aquisição do Banco BBM é a primeira compra do Bank of Communications no exterior. Também marca o primeiro passo da expansão do banco na América Latina”, disse o banco chinês em comunicado, lembrando que a China vem sendo o maior parceiro comercial do Brasil desde 2009.

Metalúrgicos mantêm greve na Volvo de Curitiba

20/05/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Os metalúrgicos da Volvo em Curitiba (PR) permanecem em greve desde o dia 11 de maio. No dia 18 o setor administrativo pôde voltar ao trabalho, mas a paralisação ainda afeta os 2,5 mil trabalhadores do chão de fábrica. A greve permanece porque a montadora não aprovou a antecipação de R\$ 9,5 mil em vez de R\$ 5 mil da Participação nos Lucros e Resultados (PLR).

A Volvo se queixa de o sindicato ter reprovado um conjunto de propostas votado na segunda de manhã, informando que a maioria dos trabalhadores (1.720, contra 1.189) foi favorável à montadora.

No entanto, a entidade que reúne os trabalhadores manteve a greve ao considerar apenas os votos dos sindicalizados, dos quais 705 optaram pelo “sim” e 841, pelo “não” às propostas da fabricante.

Desde o início da greve a Volvo cedeu em vários pontos ao admitir a possibilidade de PLR acima de R\$ 15 mil, aprovou o layoff para os 600 trabalhadores do segundo turno e abriu um Plano de Demissão Voluntária (PDV) em que concederá o pagamento de todos os salários até o fim do ano, mais um a quatro salários extras, dependendo do tempo de casa.

Nova assembleia será realizada na manhã do dia 20. A Volvo emprega cerca de 4 mil trabalhadores e tem capacidade de produção diária de 80 caminhões pesados, 44 médios e 8 ônibus.

Grupo Volkswagen começa 2º trimestre com vendas estáveis

20/05/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

O Grupo Volkswagen começou o segundo trimestre de 2015 com vendas estáveis, registrando alta de apenas 1% entre janeiro e abril, quando foram vendidos 3,34 milhões de carros sobre os 3,31 de igual período do ano anterior. O mês de abril significou para a companhia a venda de 853,2 mil carros, resultado 1,3% abaixo do mesmo mês de 2014, quando foram entregues 864,3 mil veículos.

Para Christian Klinger, membro do conselho do Grupo Volkswagen, o foco continua sendo o crescimento qualitativo em detrimento do quantitativo. "O início do segundo trimestre destaca as tendências mistas de mercado nas diferentes regiões. Enquanto estamos em bom momento na Europa Ocidental e América do Norte, a situação na América do Sul e na Europa Oriental - onde a tendência é impulsionada principalmente pela evolução do mercado na Rússia - continua sendo um desafio", analisou o executivo.

No primeiro quadrimestre a maior queda foi sentida na América do Sul, onde foram vendidos 200,4 mil carros, resultado 20,7% pior do que os 252,7 mil veículos do mesmo período do ano passado. Desses, o Brasil representou a venda de 143,8 mil, uma queda de 26,7% em relação aos 196,2 mil dos quatro primeiros meses de 2014.

As marcas do Grupo venderam um total de 1,38 milhão de veículos milhões de veículos no mercado europeu nos primeiros quatro meses, 3,8% acima dos 1,33 milhões de igual período de 2014. Na Rússia as vendas continuaram a diminuir, com 57.6 mil carros vendidos, 3,8% abaixo dos 94,2 mil do mesmo período do ano anterior.

Veja os resultados de outras marcas do Grupo Volkswagen para o período:

Evolução de vendas nos quatro primeiros meses			
Marca	2015	2014	Diferença
VW Veículos de Passeio	1,98 milhão	2,02 milhões	-2,20%
Audi	591,1 mil	561,9 mil	5,20%
Porsche	72,6 mil	55 mil	32%
Skoda	357,2 mil	336,8 mil	6,10%
Seat	138,4 mil	127,4 mil	8,60%
VW Veículos Comerciais	147,5 mil	140,5 mil	4,90%
MAN	30,3 mil	36,6 mil	-17,30%
Scania	24,1 mil	24,7 mil	-2,30%

Iveco investe para buscar 10% do mercado

20/05/2015 - Fonte: Gazeta do Povo



Com 8,8 mil caminhões vendidos no Brasil em 2014, o que significou recuo acima da média do mercado, de 23,5% sobre 2013, e perda de um ponto porcentual de participação, fechando o ano com 6,4% de participação, em sexto lugar no ranking dos maiores fabricantes do segmento, os principais executivos da Iveco no País esperam reverter esse quadro com o programa de investimento de R\$ 650 milhões de 2014 a 2016, divulgado em abril passado (leia [aqui](#)).

“Hoje estamos batendo na trave no que queremos, mas temos condições de obter desempenho melhor. Qualquer resultado abaixo de 10% não pode ser aceito”, afirma Marco Borba, vice-presidente da Iveco para a América Latina.

Em seu autodesafio, Borba coloca na conta uma linha completa de produtos lançados ao longo dos últimos anos no Brasil, desde os semileves e leves Daily, passando pelos médios Vertis e semipesados Tector, até os pesados Stralis, todos atualizados em relação aos modelos vendidos na Europa.

Apesar disso, a Iveco ainda está longe de alcançar os 10% almejados, continua com 6%, em sexto lugar, atrás de fabricantes com menos produtos, e suas vendas de janeiro a abril se reduziram em 46,5%, porcentual acima do tomo médio de 39% do mercado nacional de caminhões.

Borba avalia que “no passado talvez a marca tenha corrido rápido demais com muitos lançamentos”, o que deixou flancos abertos também no atendimento da rede de concessionárias, hoje com 96 casas de 30 grupos empresariais, que agora passa por reestruturação.

“Vamos aproveitar a baixa do mercado para arrumar a casa. Discutimos o fechamento de alguns pontos que ficaram inviáveis, abertura de outros e eventualmente a troca de alguns grupos”, diz Ricardo Barion, diretor de marketing da Iveco América Latina, recém-chegado da MAN. Segundo ele, também foi aberta a possibilidade de abertura de lojas conjuntas de veículos e máquinas agrícolas do grupo CNH Industrial, do qual a Iveco faz parte.

“Nosso objetivo com os investimentos que estamos fazendo é dar um salto de competitividade, com oferta de produtos que o cliente precisa e redução do TCO (custo operacional) dos nossos veículos”, explica Borba.

Seguindo essa meta, o programa de R\$ 650 milhões está dividido em três pilares: R\$ 250 milhões para nacionalização de componentes, R\$ 160 milhões para melhoria dos processos industriais da fábrica de Sete Lagoas (MG) e R\$ 240 milhões para desenvolvimento e aprimoramento tecnológico dos produtos. Com isso, o executivo

estima que os 10% poderão ser alcançados até 2016, quando terminam os aportes iniciados já em 2014.

INVESTIMENTO DETALHADO

“Temos hoje uma situação cambial diferente e precisamos aumentar a nacionalização dos produtos para ganhar competitividade em custo e eficiência logística.” Assim Borba justifica a maior porção do programa de investimentos, com o objetivo de elevar de 10% a 12% o uso de componentes comprados no Brasil nos caminhões e ônibus Iveco, para chegar a um índice de 70% a 80%, dependendo do modelo do veículo, conforme já havia confirmado em entrevista a Automotive Business diretor de compras da CNH Industrial América Latina, Osias Galantine. Cerca de 200 itens serão nacionalizados, principalmente na cabine e suspensão.

Outro objetivo do projeto de nacionalização é trazer fornecedores para perto, no distrito industrial de 257 m², localizado a 450 metros da portaria de Sete Lagoas. São 20 lotes para receber plantas de autopeças, dos quais oito já estão reservados. A Iveco doou parte do terreno de sua fábrica à Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemig), que investiu R\$ 16,2 milhões nas obras de infraestrutura.

Esse valor será cobrado das empresas interessadas em se instalar nos lotes de 2 mil a 25 mil m². A estimativa é de aumentar em 10% a 15% o número de fornecedores instalados em Minas Gerais.

Porção quase igual do investimento em nacionalização irá para o aperfeiçoamento de produtos. Os R\$ 240 milhões previstos já foram destinados em parte aos lançamentos mais recentes, como o caminhão Tector e o chassi de ônibus de 17 toneladas.

“Os novos produtos nos colocam em segmentos onde não atuávamos antes e nos ajudam a aumentar as vendas”, destaca Borba. O foco agora será em redução do custo total de propriedade (TCO, na sigla em inglês) dos veículos e incorporar atualizações tecnológicas.

Os R\$ 160 milhões restantes estão sendo aplicados na modernização da fábrica de Sete Lagoas e seus processos, buscando maior produtividade e qualidade. Entre as melhorias, já foram instalados novos como robôs na cabine de pintura e equipamentos de instalação de chicotes, regulagem de pneus e abastecimento de fluidos.

Alguns operadores estão testando o SL Glass em um programa piloto: com tecnologia de realidade aumentada, os óculos especiais passam instruções de procedimento para os montadores, diminuindo falhas e melhorando o tempo de execução das tarefas.

Faz parte dos investimentos o campo de provas de 300 mil m², que já está quase concluído e consumiu R\$ 24 milhões. Com isso, a Iveco será uma das poucas fabricantes de caminhões no País com pistas de testes própria, com capacidade para desenvolver e homologar todos os produtos de sua linha, incluindo o veículo militar Guarani.

Receita de serviços sem descontar a inflação sobe 6,1% em março, diz IBGE

20/05/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

O segmento de serviços teve alta de 6,1% na receita em março comparado com igual mês do ano anterior. O valor, informado pelo IBGE nesta quarta-feira (20), não desconta, no entanto a inflação –por isso não necessariamente representa crescimento.

A alta, que representa avanço nominal (sem descontar a inflação) frente aos outros dois meses do ano, ocorre mesmo com a desaceleração na contratação de prestadores pelas

famílias, e foi puxada pelas atividades profissionais e administrativas, além dos transportes.

Em janeiro e fevereiro, na mesma comparação anual, as variações haviam sido de 1,8% e 0,9%, as mais baixas da série da pesquisa, iniciada em 2012.

A contratação de serviços pelas famílias proporcionou renda apenas 2,5% maior ao setor do que em março de 2014, depois de altas de 8,9% e 6,2% em janeiro e fevereiro. O impacto negativo veio, em especial, das atividades prestadas nos segmentos de alojamento e alimentação, que cresceu apenas 2,5% na mesma comparação.

As atividades de transportes tiveram receita 8,7% maior, e os serviços profissionais e administrativos viram alta de 8,8%.

O resultado da Pesquisa Mensal de Serviços em março repete o patamar de setembro de 2014, quando, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, houve alta nominal de 6,4%.

Amarga derrota

20/05/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

O Brasil sofreu grave derrota na noite de festiva irresponsabilidade em que a Câmara dos Deputados aprovou –sem se quer indagar o seu custo– a restrição à aplicação do "fator previdenciário".

Trata-se de um mecanismo razoável para estabelecer um mínimo de equidade entre o valor da aposentadoria do trabalhador e o valor que ele acumulou durante a sua vida de trabalho ativo.

A fórmula é complexa e engenhosa, mas seu resultado é simples: quem contribui por mais tempo e se aposenta mais tarde recebe mais do que quem contribui por menos tempo e se aposenta mais cedo.

Numa sociedade civilizada a solução "justa" do problema da aposentadoria e do suporte da garantia de segurança aos idosos está muito longe de ser trivial. Não foi encontrada até agora, a despeito das experiências nos mais variados países. Aliás, há séria dúvida sobre se ela existe. Sobre o que não há dúvida, é que quando mal resolvido, pode levar à falência a sociedade. O Brasil é um bom candidato...

É preciso insistir e insistir. O Estado não cria recursos para pagar a aposentadoria de R\$ 100 do Paulo. Simplesmente transfere-lhe parte dos R\$ 110 cobrados como contribuição do Pedro e "consume" os R\$ 10 pelos serviços prestados. Por isso, para fechar a conta, para dar R\$ 100 ao Paulo é preciso tirar R\$ 110 do Pedro.

Podemos, sim, escolher os mecanismos e a dimensão das transferências, mas como em tudo na vida, as escolhas têm consequências que, infelizmente, costumam chegar tarde demais. Não importa quais sejam nossos desejos ou quanto seja a solidariedade que nos sensibiliza.

A sociedade (todos os que ainda não trabalham, os que trabalham e os que já trabalharam) é constrangida por fatos físicos incontornáveis. Para sobreviver e crescer, ela tem que estabelecer uma relação harmoniosa entre o que deseja consumir e o que deve investir se quiser continuar a fazê-lo.

A amarga derrota pode deixar alguns benefícios: 1º) vai obrigar o Brasil a repensar seu problema previdenciário que está muito mal resolvido: uma verdadeira bomba de nêutrons que poderá levar ao empobrecimento geral (de quem trabalha e de quem já está aposentado) num futuro não muito distante; 2º) talvez dê um alívio para o governo no curto prazo, pois poderá induzir um pequeno retardo nos pedidos de aposentadoria, o que será bem-vindo para o "ajuste" fiscal e 3º) lembrar ao Congresso que é inconstitucional criar novas despesas e se eximir de propor o aumento de tributos para pagá-las.

Com alguma arte e inteligência, talvez possamos fazer do limão uma limonada. Mas o governo precisa acelerar o passo porque armadilhas para anular os efeitos do passado recente nos espreitam.

Chery fecha fábrica no Uruguai por crise no Brasil e na Argentina

20/05/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

A empresa automobilística chinesa Chery comunicou nesta terça-feira ao Ministério do Trabalho do Uruguai o fechamento de suas operações no país e a demissão de quase 150 trabalhadores devido à conjuntura econômica vivida por Brasil e Argentina, informou o diretor nacional de Trabalho, Juan Castillo.

A empresa automotiva tinha no departamento uruguaio de Canelones, próximo à capital, uma unidade de montagem de veículos na qual trabalhavam 150 operários, mas sua produção estava parada desde setembro do ano passado.

No momento de maior atividade da unidade de montagem da Chery, que exercia suas operações em associação com uma sociedade chamada Socma, chegou a ter 300 operários.

Castillo estimou que, somados os postos de trabalho indiretos, se pode chegar a mil trabalhadores afetados pelo fechamento da fábrica.

Os acionistas da empresa chinesa argumentaram que tanto "a conjuntura econômica que atravessam Brasil e Argentina", como a "queda" de um envio de veículos para a Venezuela provocaram as demissões e a suspensão das operações da empresa no Uruguai, disse Castillo.

A conjuntura econômica influenciou a queda da demanda por peças de veículos no Brasil e na Argentina, segundo um relatório da produção automotiva no país publicado no mês de abril pelo Instituto Uruguai XXI, encarregado da promoção dos investimentos e exportações no país.

Castillo também relatou que a Chery alegou que "as restrições cambiais na Argentina e a demora em determinados trâmites para as importações" contribuíram para o fechamento da fábrica.

O diretor nacional de Trabalho também destacou que, apesar das demissões e do fechamento, a empresa "não manifestou" sua intenção de desmontar a fábrica e transferir a atividade para outro lugar.

O Ministério do Trabalho do Uruguai solicitou "48 horas" à empresa para encontrar uma possível saída e, segundo Castillo, o governo uruguaio está "muito preocupado" com o desenrolar dos eventos e "lamenta" a demissão de tantos trabalhadores.

Por outro lado, a maior associação sindical do Uruguai, o PIT-CNT, convocou uma entrevista coletiva para amanhã na qual apresentará uma avaliação sobre o ocorrido.

Inda registra queda de 16,4% nas vendas

20/05/2015 - Fonte: Diário do Comércio

Os distribuidores de aços planos no país registraram queda de 16,4% nas vendas entre janeiro e abril na comparação com o mesmo intervalo do ano passado. Com o desempenho negativo, os estoques continuam em alta e já atingiram o maior patamar neste ano.

As informações constam do balanço divulgado ontem pelo Instituto Nacional da Distribuição de Aço (Inda). Nos primeiros quatro meses deste ano, as vendas totalizaram 1,277 milhão de toneladas contra 1,528 milhão de toneladas entre janeiro e abril de 2014.

Somente em abril, as vendas de aço atingiram 295,9 mil toneladas. Isso representa queda de 17,2% em relação ao mesmo período do exercício passado, quando somou 357,4 mil toneladas. Na comparação com o mês anterior (337,5 mil toneladas) houve retração de 12,3%.

As vendas dos distribuidores são afetadas pelo momento negativo dos principais setores consumidores de aços planos no Brasil. Entre eles estão a indústria automotiva, que vem registrado seus piores resultados nos últimos anos e está reduzindo o ritmo de produção no País, recorrendo a férias coletivas e paralisações nas linhas de montagem.

Revisão para baixo - Atualmente, as projeções do Inda são que as vendas recuem 5% em 2015 na comparação com o ano passado. Porém, os resultados estão surpreendendo negativamente os distribuidores e uma revisão para baixo não é descartada, conforme já havia informado o presidente da entidade, Carlos Loureiro.

Com o menor volume vendido, os estoques atingiram 1,093 milhão de toneladas em abril. Este volume é 11,3% superior ao registrado no mesmo mês do ano passado (982,1 mil toneladas) e representa um giro de vendas de 3,7 meses. Para se ter uma ideia, o índice considerado normal para o segmento é de 2,8 meses de vendas.

Compras - No primeiro quadrimestre deste ano, os distribuidores reduziram em 9,5% a aquisição de aço diretamente das siderúrgicas brasileiras em relação ao mesmo período de 2014. As compras somaram 1,321 milhão de toneladas ante 1,459 milhão de toneladas entre janeiro e abril do exercício passado.

Em abril, o volume de compras da rede de distribuição caiu 19,3% ante igual intervalo do ano anterior. O resultado passou de 371,3 mil toneladas para 299,6 mil toneladas. Na comparação com março (356,8 mil toneladas), houve queda de 16%.

Por outro lado, as importações de aços planos cresceram 9,7% no acumulado de janeiro a abril em relação ao mesmo período de 2014. Os desembarques atingiram 634,672 mil toneladas ante 578,639 mil toneladas no primeiro quadrimestre do exercício passado, conforme informações do Inda.

Setor vive pior crise desde 2009 e pode cortar mais oferta

20/05/2015 - Fonte: Diário do Comércio

A decisão da Usiminas, tomada na sexta-feira à noite, de desligar dois altos-fornos para ajustar sua produção à fraca demanda do mercado de aço no país, retrata o agravamento da crise no setor. A avaliação é de que o momento é o mais crítico já vivido pelas

siderúrgicas desde 2009, quando a crise global retraiu as economias de países mundo afora.

O setor já vinha operando com elevada ociosidade em seus fornos e aciarias - na média, da ordem de 30%. Havia empresas, como Usiminas, em que o índice já beirava 40%. A capacidade instalada do parque siderúrgico do país é de 49 milhões de toneladas - nos últimos 12 meses, até abril, produziu 34,1 milhões de toneladas.

Segundo apurou o Valor, a fabricante de tubos Vallourec & Sumitomo Brasil (VSB), com usina em Jeceaba (MG), também está tomando a decisão de parar seu alto-forno, com capacidade de 1 milhão de toneladas ao ano, por dois meses: junho e julho.

A parada na Usiminas, que não tem data prevista para retomar as duas unidades, significa um corte anual de oferta de cerca de 1,5 milhão de toneladas de aço bruto.

A crise do setor já vem sendo alertada pelos dirigentes do Instituto Aço Brasil, que reúne todas as empresas de aço no país, apontando para a desindustrialização, aumento das importações, em especial da China, excesso de oferta global de aço, impactos na cadeia de produção (setores consumidores, como automotivo, de bens de capital e outros) e a perda de competitividade para exportar.

Em entrevista ontem para comentar os números de abril, Carlos Loureiro, presidente do Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda), disse que essa é a pior crise do setor, ao menos desde meados de 2009.

O consumo aparente, por exemplo, que agrega produção interna e importações, que foi de 852 milhões de toneladas em abril, deve recuar ao nível de seis anos atrás neste mês. Ele lamentou o desempenho do setor durante o mês passado.

As vendas de aço plano por distribuidoras caíram 17,2% em abril, para 295,9 mil toneladas, na comparação de um ano atrás. As compras chegaram a 299,6 mil toneladas, recuo de 19,3%.

As projeções iniciais apontavam baixa de 5% nos dois casos, mas Loureiro informou que os últimos dez dias do mês pioraram além do previsto, impactando os números. "Nossa certeza mesmo é que o crescimento mais relevante, também por causa da base de comparação baixa, virá só em 2016", afirmou.

Ontem, as ações da Usiminas desabaram na BM&FBovespa e arrastaram consigo o setor. Os papéis preferenciais de classe A, que compõem o principal índice, recuaram 3,66%, para R\$ 5,25. A CSN figurou na terceira maior baixa do Ibovespa, com perda de 5,53%, a R\$ 7,17. Já as ações PN da Gerdau caíram 3,37%, a R\$ 9,45.

Segundo informações, o alto-forno menor da CSN pode ser também paralisado para ajuste de produção. Questionada, a assessoria da empresa informou que não há nenhum plano de desligamento na usina da empresa, em Volta Redonda (RJ).

A Gerdau, em comunicado, disse que "o percentual de utilização da capacidade instalada da Operação de Negócio Brasil está entre 70% e 75% e não tem como antecipar medidas futuras de redução de produção de aço e de laminados". No ano passado, o grupo fez ajustes no Paraná e Bahia.

A ArcelorMittal Tubarão, em Serra (ES) está operando com a capacidade ocupada graças a exportações de placas para unidades do grupo nos Estados Unidos e outros países. Já a CSA, no Rio, vem atendendo contratos de placas no exterior. "O cenário é muito ruim",

disse um executivo do setor. O Instituto Aço Brasil não se pronunciou, pois disse ser ações das empresas.

Para o BTG Pactual, o desligamento dos altos-fornos da Usiminas pode aliviar a pressão de custos sobre a siderúrgica mineira, mas o cenário ruim para o setor está mantido. Em relatório, afirmou que o mercado doméstico segue saturado e com pequeno poder de formação de preço. A única esperança de ganhos residiria na desvalorização cambial, que pode impulsionar mais as exportações.

Segundo o BTG, as instalações em Cubatão (SP) e Ipatinga (MG) responderiam por 15% a 20% da capacidade total da empresa. Já o Morgan Stanley, também em relatório, projeta em 13% a redução do potencial de volume produzido em 2015 pela companhia.

Os dois bancos apostam que a Usiminas conseguirá conter custos com a medida. Mas o BTG lembra que a decisão só passa a fazer sentido econômico se durar por um período mais longo de tempo.

"Essas ações sugerem que as condições desafiadoras de demanda no setor de aços planos, que ressaltamos há algum tempo, continuam a se deteriorar", dizem Carlos de Alba e Lulica Rocha, analistas do Morgan Stanley.

O Bank of America Merrill Lynch (BofA) comentou em relatório que os fundamentos para o aço continuam fracos e a visibilidade para o setor ainda é limitada.

Marco regulatório da mineração pode ser votado ainda neste mês de maio

20/05/2015 - Fonte: Mining.com

Com o processo em tramitação no Congresso Nacional desde meados de 2013, o projeto de lei para a regularização da mineração pode estar com os dias contados para a sua aprovação.

Isso porque, em reunião na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, no dia 11 de maio, o presidente da Comissão Especial do novo marco, o deputado Federal Gabriel Guimarães (PT-MG), revelou o interesse em realizar a votação do Projeto de Lei ainda em maio.

Ele declarou: "O preço do minério de ferro já caiu de US\$ 130 a tonelada para menos de US\$ 60 durante esse período de incerteza do mercado minerário e de demora do Governo em aprovar a lei", argumenta. De acordo com o parlamentar, a expectativa é votar na Comissão Especial e passar para a apreciação do plenário até o fim do mês.

O presidente da AMIG, Celso Cota, revelou a preocupação das prefeituras em relação quais os benefícios reais para os municípios diante da mudança. "Estamos receosos em perder o nosso mercado para outros países que apresentem preços mais competitivos. O pior percentual da Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais (CFEM) é sobre aquilo que não existe", argumenta.

A entidade defende uma alíquota de 4% incidente da venda final do produto e destacada em nota. O político argumentou: "A incerteza do novo marco já fez com que as cidades mineradoras perdessem cerca de R\$ 1 bilhão em arrecadação, caso a nova regulamentação já estivesse em voga".

Cota ainda ressalta a importância de aproveitar esse momento de debate entre as esferas políticas e a população para a construção dessa lei que é de grande importância para todos os mineiros. "Não podemos perder essa oportunidade de concepção de um marco

regulatório mais claro, justo e objetivo, além de ser mais eficiente e que beneficie a mineração do nosso país", finaliza. (Amig)

Anglo pode aumentar produção de minério de ferro do Minas-Rio para reduzir custo

20/05/2015 - Fonte: Jornal do Comércio

A Anglo American poderá elevar a capacidade da sua mina de minério de ferro Minas-Rio em quase 10%, o que lhe proporcionaria uma redução de custos por tonelada no projeto, que monta a US\$ 13 bilhões, segundo Paulo Castellari, presidente da Unidade de Negócio Minério de Ferro Brasil da companhia. Isso melhoraria a competitividade da Anglo.

A Vale e as australianas BHP Billiton e Rio Tinto levam vantagem sobre a Anglo, pois têm custo de caixa de US\$ 20 a US\$ 30 por tonelada. Os custos de caixa no Sistema Minas-Rio devem ficar na faixa de US\$ 33 a US\$ 35 por tonelada, disse Castellari em entrevista à Agência Reuters.

Neste ano, no entanto, a expectativa é que os custos fiquem quase o dobro da meta, em US\$ 60 por tonelada, com a crescente produção da mina, iniciada recentemente. O Sistema Minas-Rio envia minério por 525 quilômetros de sua mina em Minas Gerais por meio de um mineroduto para um porto ao norte do Rio de Janeiro, onde é carregado em navios.

A Anglo comprou os direitos de exploração do Minas-Rio por US\$ 5,5 bilhões do empresário Eike Batista e investiu outros US\$ 8,4 bilhões para desenvolver o projeto.

Após fazer uma baixa contábil de US\$ 4 bilhões no projeto, em 2012, a Anglo iniciou suas operações no Minas-Rio no ano passado, com quase cinco anos de atraso e depois de uma queda expressiva do preço do minério de ferro.

Debate sobre preço do minério de ferro se intensifica na Austrália

20/05/2015 - Fonte: Jornal do Comércio

O debate sobre quem é o culpado pela queda nos preços do minério de ferro se intensificou na Austrália. O executivo-chefe da BHP Billiton, Andrew Mackenzie, afirmou em entrevista a redes de notícias locais que a proposta de análise do Parlamento sobre o declínio dos preços será "um desperdício ridículo do dinheiro dos contribuintes" e mostrará simplesmente "um desenho econômico básico sobre oferta e demanda".

Mackenzie disse que isso enviará um "sinal terrível" para os consumidores da Ásia e poderá prejudicar as relações das mineradoras com siderúrgicas de países como China, Coreia do Sul e Japão. O executivo comentou, ainda, que o inquérito parlamentar pode levar investidores chineses a colocar mais dinheiro em projetos de minério de ferro no Brasil.

O presidente da Fortescue Metals, Andrew Forrest, que vem liderando a campanha para que haja uma investigação sobre o recuo dos preços, respondeu e acusou as mineradoras maiores de usar táticas de medo.

"Estou em contato todos os dias com os mercados de capital globais, especialmente na Ásia, na América do Norte e na Europa, e acredito que essas táticas de medo são totalmente sem mérito", afirmou Forrest em um comunicado.

Na sexta-feira passada, o primeiro-ministro da Austrália, Tony Abbott, apoiou um inquérito parlamentar especial sobre o mercado de minério de ferro, dizendo que é importante descobrir os fatos que sustentam as fortes quedas nos preços do principal produto de exportação do país.

Iveco confirma aporte de R\$ 650 milhões

20/05/2015 - Fonte: Diário do Comércio

No momento em que grandes montadoras instaladas no país registram baixa na produção e nas vendas, com conseqüente elevação dos estoques, revisão de planos de expansão e investimentos postergados, a Iveco Latin America, subsidiária da CNH Industrial, confirma um aporte total de R\$ 650 milhões em suas operações no Brasil até 2016.

A fábrica de Sete Lagoas (região Central do Estado) já está recebendo grande parte dos recursos, destinados a equipamentos de alta tecnologia; projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, além da construção de um distrito industrial para fornecedores e de um campo de provas.

Somente as inversões em pesquisa, desenvolvimento e inovação somam algo em torno de R\$ 240 milhões, enquanto o investimento total no campo de provas chega a R\$ 24 milhões. A primeira inversão visa a produção cada vez mais sustentável por parte da empresa, com produtos de alta qualidade, tecnologia e competitividade.

A segunda diz respeito a uma área de 300 mil metros quadrados dentro do complexo industrial da cidade mineira. Quando pronto, o empreendimento promete ser o maior campo de testes das fabricantes instaladas no Brasil, voltado para desenvolvimento, testes de durabilidade, velocidade, ruído, força e frenagem, com rampas especiais.

Os outros R\$ 386 milhões estão sendo divididos entre vários projetos da montadora no País. E a parte que será destinada aos equipamentos promoverá o aumento do índice de nacionalização das peças que compõem os caminhões produzidos na planta mineira, num movimento de estímulo à indústria de autopeças da região e de ganho de eficiência logística e independência em relação às variações do câmbio.

Já o distrito industrial da Iveco, voltado para os fornecedores da montadora em Sete Lagoas, foi inaugurado em novembro do ano passado. O local fica ao lado da fábrica, em uma área de 257 mil metros quadrados, às margens da rodovia MG 238. Oito dos 20 lotes disponíveis já estão reservados.

Estimativas preliminares dão conta que os investimentos por parte dos fornecedores poderão chegar a R\$ 60 milhões e o faturamento a R\$ 400 milhões no fim do primeiro ano de funcionamento.

"O distrito industrial deverá gerar 700 empregos diretos e 2,8 mil indiretos, além de representar um aumento de 10% a 15% no número de fornecedores localizados em Minas Gerais. Sem falar na geração de lucro e arrecadação de impostos para o Estado", afirma o diretor de Compras da CNH Industrial, Osias Galantine.

Formação - Já a capacitação de profissionais, visando à melhoria dos serviços de pós-venda, será reforçada com a inauguração de um Centro de Treinamento em Sorocaba, no interior de São Paulo.

O espaço, com mais de 2 mil metros quadrados, tem capacidade para atender, simultaneamente, quase cem colaboradores. O objetivo é capacitar cerca de 4 mil

funcionários da CNH Industrial por ano, oferecendo cursos técnicos, nas áreas comerciais e gerenciais.

Diante das perdas que o setor de veículos vem registrando neste exercício, especialmente o de caminhões, a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrade) anunciou no início deste mês mais uma revisão para baixo de todas as suas projeções para desempenho das vendas em 2015.

A entidade espera agora que os emplacamentos totais de veículos novos somem 2,835 milhões de unidades neste ano, representando queda de 19% sobre as 3,497 milhões de unidades vendidas o ano passado. Já as vendas de caminhões deverão cair 41% em 2015 frente a 2014.

Recessão ajuda e indústria reduz o déficit comercial

20/05/2015 - Fonte: Jornal do Comércio

Pela primeira vez em dez anos, o déficit comercial da indústria de transformação mostra um recuo. No primeiro quadrimestre deste ano, o saldo entre importações e exportações industriais foi negativo em US\$ 18,9 bilhões, valor 22% menor que o registrado em igual período de 2014, segundo levantamento do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi).

Na avaliação de economistas e empresários, a principal razão para essa queda é a retração da atividade doméstica, que reduziu a demanda por importações. A dúvida é se as mudanças macroeconômicas em curso (o câmbio, principalmente) serão suficientes para desencadear um movimento de substituição de importações quando o país voltar a crescer.

Entre janeiro e abril deste ano, a indústria importou 14,3 % menos que em igual período do ano passado, em valores. Na mesma comparação, as exportações também caíram, mas menos (9,4%), o que abriu espaço para a retração do déficit comercial do setor, o primeiro movimento de recuo desde 2005, quando o setor teve superávit de US\$ 9,4 bilhões.

"A recessão está muito forte e é ela que explica essa queda nas importações", avalia Júlio Sérgio Gomes de Almeida, ex-secretário de Política Econômica. Para ele, não há sinais de substituição de importação por trás do recuo das compras de bens industriais no exterior.

Humberto Barbato, presidente da Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica (Abinee), diz que o recuo nas importações é reflexo da queda na demanda. Dentro do setor, ele faz uma distinção: no segmento eletrônico, as importações são de componentes que o país não produz e elas voltarão a crescer com a recuperação da atividade.

No segmento elétrico, as importações cresceram nos últimos anos porque a produção doméstica perdeu espaço porque foi encarecida pelo câmbio fora do lugar. "Nesse segmento, a queda conjuntural pode dar lugar a uma substituição de importações", diz ele.

No levantamento do Iedi, o déficit comercial do setor químico passou de US\$ 7,4 bilhões nos primeiros quatro meses do ano passado para US\$ 6,9 bilhões em igual período de 2015. Os dados da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), são um pouco diferentes, mas mostram a mesma tendência.

Denise Naranjo, diretora de Assuntos de Comércio Exterior da entidade, diz que essa redução vem de uma queda das importações provocada pela retração do mercado

doméstico. Olhando para os dados em volume no primeiro trimestre, ela conta que em toneladas houve queda de 4,2% nas importações do setor sem aumento de produção doméstica correspondente. "É um cenário muito preocupante de queda de atividade mesmo", resume ela.

No segmento de máquinas, também há queda das importações, mas o presidente da associação do setor, Carlos Pastoriza, diz que "por enquanto não há recuperação de market share".

"A queda reflete, infelizmente, a retração na atividade econômica e no investimento", acrescenta. Segundo Pastoriza, a competitividade já melhorou com o "novo" câmbio e pode ajudar a recuperar mercados, mas a desvalorização ainda é considerada "insuficiente" pelo setor.

Entre o primeiro quadrimestre de 2014 e 2015, o déficit comercial do conjunto da indústria de transformação caiu US\$ 4,5 bilhões, dos quais US\$ 1 bilhão corresponde ao segmento de combustíveis.

Gomes de Almeida observa que além do recuo das importações há uma queda generalizada nas exportações. Com raras exceções - como os aviões da Embraer e os segmentos de celulose e produtos metálicos -, a indústria brasileira vendeu menos no exterior.

Para ele, essa queda está relacionada ao comportamento fraco das economias latinas. Por região, os dados da Secretaria de Comércio exterior (Secex) mostram uma pequena recuperação do embarque de produtos manufaturados para os Estados Unidos nesse começo de 2015, com alta de 5% na comparação com o primeiro quadrimestre do ano passado. Em semimanufaturados, ainda há queda.

A possibilidade dessa queda conjuntural na importação se transformar em algo mais permanente - e reduzir o nível de importações da indústria mesmo quando a atividade econômica doméstica se recuperar - é considerada remota por Gomes de Almeida, Barbato, Pastoriza e Denise Naranjo.

Eles consideram que as condições para um real movimento de substituição de importações ainda são frágeis. Um movimento consistente de recuperação do mercado local pela indústria local (em detrimento do bem importado) precisa de câmbio efetivamente depreciado, de alterações tributárias pró-exportação e de melhorias na infraestrutura, entre outras mudanças, diz Gomes de Almeida.

Abinee e Abimaq dizem que existem sinais de substituição de importações em nichos do mercado, mas a atividade fraca impede movimento maior. A magnitude dessa troca, contudo, vai depender do câmbio, dizem os executivos.

Confiança do empresário industrial recuou em maio, após alta registrada em abril

20/05/2015 - Fonte: Em Resumo.com

A confiança do empresário continua baixa em maio, segundo aponta a Confederação Nacional da Indústria (CNI). O Índice de Confiança do Empresário Industrial (IcEI), medido pela CNI, ficou praticamente estável este mês frente a abril, com alta de 0,1 ponto, chegando a 38,6 pontos.

O dado, divulgado nesta terça-feira, 19, está abaixo dos 50 pontos, o que indica falta de confiança do setor na economia do País.

O estudo revela ainda que o índice está 9,4 pontos menor ao registrado em maio do ano passado e 17,6 pontos abaixo da média histórica - de 56,2 pontos.

O Ipei avalia a percepção dos empresários quanto às condições atuais e às expectativas diante da economia em geral e da própria empresa. A CNI mostra nesta edição do Ipei que a avaliação com relação à economia brasileira permanece mais negativa que a da empresa.

Sobre a economia, os indicadores de maio tiveram aumento na comparação com abril. Mesmo assim, continuam abaixo da linha dos 50 pontos, revelando falta de confiança. O indicador sobre as condições atuais da economia subiu de 19,3 pontos para 21,2 pontos no período e o índice de expectativas diante da economia subiu de 33,1 para 34,1 pontos.

Já os índices relacionados à empresa ficaram praticamente estáveis de um mês para outro. O indicador sobre as condições atuais da empresa registrou 34,1 pontos e o de expectativas sobre os negócios atingiu 47,7 pontos em maio.

Por setor, apenas a indústria extrativa apresentou queda na confiança. Os indicadores das indústrias de transformação e da construção ficaram estáveis. Por porte, os índices também ficaram parecidos com os registrados em abril. As grandes empresas continuam sendo as menos pessimistas, com 39,7 pontos, seguidas das médias (37,7 pontos) e das pequenas (37,3 pontos).

A pesquisa foi feita entre os dias 4 e 13 de maio com 2.922 empresas de todo o País. Desse total, 1.153 são pequenas, 1.086 são médias e 683 são de grande porte.

Vale vende 4 navios Valemax para chinesa CMES

20/05/2015 - Fonte: Reuters

A Vale fechou acordo para vender quatro navios gigantes (VLOCs), conhecidos como Valemax, para a China Merchants Energy Shipping (CMES), em uma expansão do acordo que prevê a cooperação estratégica de longo prazo entre as duas empresas no transporte marítimo de minério de ferro, informou a mineradora em um comunicado nesta terça-feira.

O primeiro acordo entre as duas companhias foi firmado em 26 de setembro de 2014. Segundo a Vale, os detalhes do contrato ainda estão em discussão e o acordo com a CMES deve ser concluído nos próximos meses.

A Vale também informou nesta terça-feira que concluiu a venda de quatro navios VLOCs, com capacidade de 400 mil toneladas, para a China Ocean Shipping Company (Cosco), o maior armador e transportador de grãos sólidos da China e um dos maiores operadores de grãos sólidos do mundo.

Essa transação está relacionada com o acordo assinado com a Cosco em 12 de setembro de 2014.

A transação totalizou 445 milhões de dólares e o montante será recebido pela Vale mediante a entrega dos navios para a Cosco, o que está previsto para acontecer em junho de 2015.

Pelo acordo, quatro navios VLOCs são transferidos para a Cosco e afretados para a Vale em contrato de 25 anos.

A proibição para a Vale atracar seus grandes navios nos portos chineses, no ano passado, vinha frustrando as tentativas da mineradora de reduzir os custos de frete e competir com rivais australianas, como BHP Billiton e Rio Tinto, que estão mais perto da China.

Armadores chineses estavam se opondo ao acesso dos grandes navios da Vale, dizendo que eles poderiam agravar o problema de excesso de oferta de embarcações no país.

No início de 2015, após os acordos com as duas empresas chinesas, os navios Valemax passaram a receber autorização para atracar na China.

Greve da Volvo será mantida até segunda-feira

20/05/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Em assembleia realizada na manhã desta quarta-feira (20), cerca de 2.500 trabalhadores do chão de fábrica da Volvo decidiram manter a greve até a próxima segunda-feira, quando está marcada uma nova assembleia com votação para decidir se os funcionários retornam ou não ao trabalho.

O Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba aguardava desde o início da terça-feira (19) um posicionamento da empresa sobre o pedido dos trabalhadores de uma antecipação de R\$ 9,5 mil do PLR – e não de R\$ 5 mil como propôs Volvo –, mas a companhia não se pronunciou, informou o sindicato. Além disso, eles querem que a empresa inclua na proposta um aumento real dos salários, e não apenas a reposição da inflação.

Os trabalhadores administrativos não-associados da montadora sueca voltaram ao trabalho na segunda-feira (18), após a aprovação da proposta da empresa em assembleia. Os funcionários sindicalizados decidiram pela manutenção da greve.

Proposta

A nova proposta da empresa, segundo o sindicato, previa: lay-off (suspensão provisória do contrato de trabalho) de sete meses, sendo cinco em regime normal (onde os trabalhadores recebem seguro-desemprego e a complementação salarial da empresa) e dois com a Volvo assumindo a integralidade do salário; Plano de Demissão Voluntária (PDV), com pagamento de salários e mais os direitos trabalhistas previstos até 15 de dezembro de 2015, mais um pacote de um a quatro salários de acordo com o tempo de empresa, mais a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) 2015; manutenção do PLR referencial de R\$ 30 mil, levando em conta o mesmo volume de produção de 2014, mas sem os limitadores mínimos. A primeira parcela seria de R\$ 5 mil, para pagamento em junho; reajuste salarial sem ganho real, com base apenas no INPC; e compensação dos dias parados por meio do banco de horas.

Indústria completa 3,5 anos de cortes

20/05/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A indústria completou, em março, três anos e meio de demissões, e hoje emprega o menor contingente de trabalhadores em toda a série histórica da pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), iniciada em dezembro de 2000.

Em alguns setores, as dispensas de trabalhadores são realidade há mais tempo. O segmento de vestuário está há quase cinco anos diminuindo o quadro de funcionários, enquanto têxtil, calçados e couro se aproximam dos quatro anos no vermelho.

Na indústria geral, são 42 reduções seguidas na comparação com igual mês do ano anterior. Em março, o recuo de 5,1% nesta comparação foi o mais intenso desde outubro de 2009 e levou o emprego ao menor nível já registrado em toda a série, iniciada em dezembro de 2000.

58 quedas seguidas. No setor de vestuário já são 58 recuos consecutivos. "Isso é efeito das importações, da falta de competitividade. Estamos alertando há muito tempo o governo que a produção vinha estável, enquanto o consumo do varejo vem crescendo, e isso estava sendo preenchido por importados.

Em um primeiro momento, isso não aparecia porque havia formalização", disse o presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit), Rafael Cervone.

Desde o ano passado, porém, houve reversão nessa tendência e, para este ano, a associação espera um corte de pelo menos quatro mil vagas formais. O déficit de US\$ 6,2 bilhões na balança comercial esperado para 2015, por causa do avanço dos importados, reforça essa posição.

"Estamos esperando uma agenda positiva do governo. Somos o primeiro setor que sente as dificuldades, mas também podemos ser o primeiro que se recupera", disse Cervone.

Queda na produção. O quadro geral da indústria é mais desfavorável até do que durante a crise de 2008/2009, quando a queda brusca na produção havia deixado os trabalhadores na indústria na pior situação até então.

"A produção precisa de uma sequência consistente de taxas negativas para impactar o emprego, o que vemos agora", explicou Rodrigo Lobo, técnico da Coordenação de Indústria do IBGE.

Em março, a produção acumulou a 13.^a queda seguida em comparação a igual mês do ano anterior, algo inédito na série.

"A sequência de queda na produção, ainda que (a taxa seja) menos intensa, faz com que o emprego esteja pior hoje. Os empresários não vislumbram expectativa de recuperação da produção no curto prazo. Com isso, queda do emprego se perpetua", disse Lobo.

Embora esteja demitindo há menos tempo do que o setor de vestuário, o segmento de meios de transporte é hoje o principal impacto negativo sobre a força de trabalho na indústria.

A atividade inclui a fabricação de veículos automotores, que tem amargado retrações intensas na produção diante do crédito mais caro, da desaceleração da demanda, do elevado endividamento das famílias e do desafio dos consumidores em reequilibrar o orçamento doméstico.

Eletrônicos. A fabricação de equipamentos eletrônicos também tem reduzido o número de funcionários. Em 2014, o setor teve um bom momento, diante da demanda aquecida por televisores no período pré-Copa do Mundo. Agora, com o menor apetite das famílias por bens duráveis, os fabricantes dispensaram operários.

Mas a redução no contingente de trabalhadores ocorre em todos os 18 ramos da indústria e também vem afetando o número de horas pagas e o valor real da folha de pagamento, que também colecionam recuos.

O número de horas cai há 22 meses e atingiu em março o menor nível da série, iniciada em dezembro de 2000. Enquanto isso, o valor da folha diminui há dez meses.

"O emprego industrial caminha para sua quarta taxa negativa consecutiva em 2015, algo inédito em sua história recente", analisou o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi).